

RESISTÊNCIA PERDIDA: OS CAMINHOS DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO EM ALAGOAS 1985-2002

Rodrigo Abrahão Moisés da Silva
Instituto Federal de Alagoas (IFAL)
rodrigo32ifal@gmail.com

RESUMO

Procuramos nesse trabalho analisar e avaliar a atuação do Partido Socialista Brasileiro (PSB) em Alagoas desde o início do processo de redemocratização até a sua chegada ao poder e seu desempenho diante a máquina estatal. Designadamente, destacamos o período governado pelo PSB, representado na pessoa do então governador Ronaldo Augusto Lessa Santos, entre 1999-2002, quando do seu primeiro mandato como chefe do executivo estadual. Entre 1985 e 1992, a esquerda alagoana sofreu cinco derrotas eleitorais. O ciclo de derrotas acumuladas desde a redemocratização alterou-se apenas em 1993 quando Ronaldo Lessa (PSB) venceu as eleições majoritárias na capital alagoana, o que, progressivamente, contribuiu para projetar o seu nome e do PSB em Alagoas garantindo, mais tarde, em 1998, a vitória no pleito eleitoral, possibilitando a chegada ao governo estadual no ano seguinte. Entretanto, não analisamos a atuação do PSB em Alagoas tomando como referência apenas resultados eleitorais. Antes, fez-se necessário conhecer a estrutura estatal vigente, o processo político hegemônico e, sobretudo, o jogo de interesses políticos das elites locais.

Palavras-chave: PSB. Política em Alagoas. Ronaldo Lessa.

Este trabalho tem por objetivo identificar, analisar e avaliar a atuação do Partido Socialista Brasileiro (PSB) no poder político em Alagoas e seu desempenho diante a máquina estatal. Designadamente, destacamos o período governado pelo PSB, representado na pessoa do então governador Ronaldo Augusto Lessa Santos, entre 1999-2002, em seu primeiro mandato como chefe do executivo estadual.

Carvalho (1993) em seu livro “Alagoas 1980 – 1992: à esquerda em crise” questionou o desempenho dos partidos progressistas, as razões da crise na esquerda alagoana e as suas sucessivas derrotas eleitorais no período analisado. O autor utilizou como referência os resultados obtidos pela oposição dentro do processo democrático, ou seja, a partir da política eleitoral, pois:

O parâmetro que orienta todo o trabalho, servindo de base para a análise da trajetória da esquerda alagoana, é a representação parlamentar e a presença no poder executivo e nos movimentos populares alcançados pelos partidos progressistas naquele período. As sequências de derrotas acumuladas no plano político entre 1985 e 1992 justificam o título do ensaio (CARVALHO, 1993: 10).

Para Carvalho, entre 1985 e 1992, a esquerda alagoana sofreu cinco derrotas. A primeira delas, em 1985, com a conquista da prefeitura de Maceió pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que não teria desenvolvido uma boa administração, pois o governo de Djalma Falcão, prefeito eleito, foi caracterizado pela ausência de objetividade e de prioridades, por uma crise financeira e “pela falta de intervenção da esquerda organizada na capital” (*Idem*, 1993:41). A segunda derrota da esquerda teria ocorrido nas eleições para governador do Estado em 1986, onde a coligação PSB/PT/PCB/PDT/PL¹ lançou o nome de Ronaldo Lessa, mas que foi duramente derrotada saindo vitorioso nessa eleição Fernando Afonso Collor de Mello, do PMDB. A vitória de Guilherme Gracindo Soares Palmeira, do Partido da Frente Liberal (PFL) para prefeito de Maceió em 1988, marcaria a terceira derrocada da esquerda alagoana. A quarta e a quinta ruína da oposição ocorreram com a maciça votação, em Alagoas, de Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional (PRN) em contraste com a pequena votação de Luís Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições

1-PSB (Partido Socialista Brasileiro), PT (Partido dos Trabalhadores), PCB (Partido Comunista Brasileiro), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PL (Partido Liberal).

presidenciais de 1989² e com a eleição para o governo de Alagoas de Geraldo Bulhões Barros (PFL) em 1990. Para Carvalho, o ciclo de derrotas acumuladas pela esquerda em Alagoas, desde a redemocratização, alterou-se apenas em 1993³ quando Ronaldo Lessa (PSB) venceu as eleições majoritárias na capital alagoana, derrotando o então candidato do Partido da Frente Liberal (PFL), José Bernardes (PFL). Daí surgiu a seguinte hipótese levantada por Carvalho: a eleição de Ronaldo Lessa representava uma vitória para a esquerda em Maceió ou seria a sexta derrota?

A indagação supracitada nos remeteu para uma discussão sobre o papel da esquerda em Alagoas destacando o PSB e sua atuação política desde o processo de redemocratização até a chegada e permanência no governo estadual com Ronaldo Lessa entre 1999-2002. Entretanto, não analisamos a atuação deste partido político em Alagoas tomando como referência apenas resultados eleitorais. Antes, fez-se necessário conhecer a estrutura estatal vigente, o processo político hegemônico e, sobretudo o jogo de interesses das elites locais que buscavam em vários aspectos o controle do processo político democrático no Estado. Nesse sentido, tomamos como hipótese que o PSB, como partido socialista, em seu discurso, assumia uma postura de partido esquerda, procurando romper com o domínio das oligarquias políticas locais, mas sua atuação frente ao governo do Estado, apesar de alguns avanços, serviu como instrumento político para preservar alguns e antigos privilégios do setor sucroalcooleiro e das elites alagoanas.

Em 1993, o PSB chegou à prefeitura de Maceió através da vitória de Ronaldo Lessa. Em nosso entender, a eleição de Ronaldo não significou a sexta derrota da esquerda alagoana, como indagava Carvalho (1993), pelo contrário, foi um grande salto político que projetou o nome de Lessa e do PSB no Estado. Foi desenvolvendo projetos

2- No segundo turno das eleições presidenciais, de 1989, Fernando Collor de Mello obteve em Alagoas 682.989 votos contra 214.890 a favor de Luís Inácio Lula da Silva (TRE *Apud* CARVALHO, 1993: 57).

3- Em 1992 foram realizadas eleições para prefeitos e vereadores em todo o país. Em Maceió, o primeiro turno foi realizado em outubro do mesmo ano, entretanto, o segundo turno, só foi possível em janeiro de 1993, pois “praticamente empatados, em segundo lugar, os candidatos Teotônio Vilela e José Bernardes, iniciaram uma disputa judicial para definir quem iria para o segundo turno com Ronaldo” (MOUSINHO & CAVALCANTE, 2006: 73). Teotônio Vilela, representante do setor sucroalcooleiro alagoano, decidiu abandonar a disputa e, apoiou Ronaldo Lessa, saindo este vitorioso naquele pleito.

no campo da educação, saúde e infraestrutura que impulsionou o governo municipal do PSB, na capital alagoana, a ganhar credibilidade e aprovação dos maceioenses, pois:

Ronaldo chegou ao final do mandato bem avaliado pela população. Pesquisa realizada na época constatou uma aprovação popular superior a 91%. Com isso, Ronaldo não teve grandes dificuldades para eleger a secretária de saúde, Kátia Born, como sua sucessora e assegurar a continuidade dos projetos que havia iniciado na prefeitura de Maceió (MOUSINHO & CAVALCANTE, 2006: 113).

No entanto, a política desenvolvida pelo PSB durante quase oito anos a frente do governo municipal de Maceió, Ronaldo Lessa (1993-1996) e Kátia Born (1996-2000) e dos quatro anos no executivo estadual alagoano, Ronaldo Lessa (1999-2002), não conseguiu romper nem mesmo apaziguar as relações de dominação existentes. O PSB, principalmente, enquanto esteve à frente do executivo estadual, não efetivou em larga escala o programa político que apregoava em seu manifesto. As grandes metas prometidas ficaram apenas no papel, tendo em vista que os privilégios políticos e econômicos permaneceram concentrados nas mãos de uma oligarquia tradicional sucroalcooleira, assim como a um reduzido grupo de empresários.

No processo eleitoral partidário de 1998, a esquerda chegava ao poder em Alagoas, contudo não conseguiu desenvolver seu programa partidário. A coligação “Alagoas para todos” (PSB, PT, PDT, PCdoB, PPS, PTdoB, PV, PTN, PSN, PRP, PST, PMN, PRONA)⁴ lançou seu projeto político, e neste, constavam inúmeros objetivos no campo administrativo, tais como: geração de emprego e renda, agricultura, educação, saúde e segurança. Entretanto, a própria dinamicidade que envolveu a coligação, com a diversificação de siglas partidárias e a sua própria estruturação interna, não necessariamente voltada para integrantes de esquerda, dificultava tal linha de ação. Este fato favoreceu para que os “avanços” fossem poucos e que os objetivos, em parte, não pudessem ser alcançados.

O fato do PSB, em sua natureza, ser uma organização partidária liberal já impõe limites quanto a um caráter dito revolucionário socialista deste partido. Apesar disto, na década de 1980, o PSB procurou denunciar os grupos políticos dominantes do Estado, contudo, a partir da década de noventa, o partido se aliou às diversas siglas

4-PCdoB (Partido Comunista do Brasil), PPS (Partido Popular Socialista), PTdoB (Partido Trabalhista do Brasil), PV (Partido Verde), PTN (Partido Trabalhista Nacional), PSN (Partido Solidarista Nacional), PRP (Partido Republicano Progressista), PST (Partido Social Trabalhista), PMN (Partido da Mobilização Nacional), PRONA (Partido de Reedificação da Ordem Nacional).

partidárias para chegar ao poder compactuando com estas de uma política administrativa neoliberal. E, foi no governo Ronaldo Lessa, que a característica principalmente econômica liberal do Partido Socialista Brasileiro se tornou evidente em Alagoas.

Para entendermos como o PSB, através de Ronaldo Lessa, chegou ao poder executivo estadual em 1998 é preciso primeiro destacar a conjuntura econômica e social de Alagoas durante a década de noventa. Tal período, marcado pela instabilidade financeira, favoreceu para despertar no eleitorado uma vontade pela mudança na administração pública estatal que há tempo se encontrava desgastada pelas administrações de Collor (1986-1988) e Bulhões (1991-1994). Para LIRA:

A partir da segunda metade da década de 80, com a crise fiscal do Estado Brasileiro e, por conseguinte, com a redução dos subsídios e repasses de recursos federais, o padrão de desenvolvimento começa a demonstrar sua vulnerabilidade e, já no início dos anos 90, mostra-se insustentável, pois a abertura comercial e o aprofundamento da crise fiscal do Estado expõem toda a deficiência estrutural do setor produtivo, muito particularmente do fumo, do coco, do milho, da pecuária de leite e das atividades sucroalcooleiras (LIRA, 2007: 310-311).

A situação de grande parte da população alagoana se agravou durante o governo Divaldo Suruagy (1995-1997) do PMDB. Um dia após o famoso 17 de Julho de 1997, Suruagy pediu licença do cargo de governador e assumia no seu lugar o vice Manoel Gomes de Barros que acabou permanecendo no governo até o final de 1998. A queda de um grande político tradicional, como Suruagy, serviu para unir novamente os sociais democratas alagoanos principalmente no que diz respeito ao pleito que estava por se realizar, as eleições para presidente, governador, senadores, deputados federais e estaduais. A campanha de mobilização e organização do PSB começou logo, pois, segundo a própria visão do partido.

1997 foi marcado pela realização de Congressos Municipais para eleger os Diretórios e Executivas do PSB, atingindo mais de 60% dos municípios alagoanos. Ronaldo Lessa inicia a caminhada rumo ao governo de Alagoas, com um trabalho de base, que constava de visitas às cidades do interior, onde mantinha contato com as populações locais e apresentava suas idéias. Também foi importantíssimo para o fortalecimento das oposições, o processo de decadência da Direita alagoana, que teve a queda do governador Divaldo Suruagy como o ponto crucial (PSB, 16 ANOS DE REORGANIZAÇÃO, 2001: 13).

O PSB junto com os demais partidos progressistas decidiu lançar a coligação “Alagoas para Todos”. Os principais candidatos da coligação eram Ronaldo Lessa, para governador (PSB) e Heloísa Helena (PT) para o senado. O PSB lançou 08 (oito)

candidatos para deputado federal e, 14 (quatorze) candidatos para assembleia estadual. Durante a campanha de 1998, a coligação “Alagoas para Todos” sofreu uma grande perseguição da mídia alagoana, em particular das organizações Arnon de Mello, que apoiava explicitamente as candidaturas de Euclides Mello (PRN) para o governo e Elionaldo Magalhães (PPB) para o senado, ambos da coligação “Unidos por Alagoas”.

Por outro lado, a elite econômica apostava na candidatura e possível reeleição do então governador do Estado Manoel Gomes de Barros, o Mano (PTB). Este contava com o apoio da maioria dos prefeitos das cidades alagoanas além do incentivo dos candidatos a assembleia legislativa e do governo federal. Após doze anos no poder, depois da redemocratização e, de utilizar práticas calamitosas ao erário através de acordos com o setor sucroalcooleiro, a elite política econômica desejava continuar à frente do Estado através da candidatura de Manoel Gomes de Barros e, para isso, montou uma coligação com os seguintes partidos: PTB / PFL / PSDB / PGT / PMDB. Segundo Ronaldo Lessa, “Os senadores, os deputados federais, quase todos os deputados estaduais e mais de 90 prefeitos apoiavam a candidatura de Manoel Gomes de Barros. Éramos nós e o povo contra todos” (LESSA *Apud* MOUSINHO & CAVALCANTE, 2006:127).

Para enfrentar a superestrutura dos adversários, o PSB junto com a coligação “Alagoas para Todos” percorreu todo o Estado apresentando propostas e recolhendo sugestões para a seu de governo. O resultado foi à elaboração de um plano de metas com 46 páginas conhecido como: “Alagoas para Todos: uma proposta de vida” que reunia metas a serem alcançadas no campo de geração de emprego e renda, agricultura, educação, saúde, segurança, assistência social, ciência e tecnologia, comunicação, cultura, energia elétrica, esporte e lazer, finanças, habitação, indústria e comércio, meio ambiente, saneamento e recursos hídricos, telecomunicações, transportes e turismo. Os sociais democratas estavam convictos de que poderiam vencer as eleições até porque a conjuntura política e econômica estatal era favorável à vitória de um forte candidato que se apresentasse como oposição. Este candidato, escolhido pelos partidos sociais democráticos foi Ronaldo Lessa, entendido aqui mais como um líder carismático, no sentido apresentado por Weber do que um revolucionário. A liderança carismática teria:

[...] em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente, a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória; o sempre novo, o extra

cotidiano, o inaudito e o arrebatamento emotivo que provocam, constituem aqui a fonte de devoção pessoal (WEBER, 1995:354)

Além disso, para Weber (2005: 62) o político carismático é mais comum no Ocidente até porque “se apresenta sob o aspecto do chefe de um partido parlamentar (WEBER, 2005:62)”. Lessa passaria as qualidades apontadas pelo autor, em sua divulgada oposição as elites tradicionais alagoanas, sendo, portanto, considerado como um herói, numa sociedade carente de representações políticas voltadas para confrontos com o poder econômico no Estado. E foi por meio da vitória de um líder carismático que o PSB chegou ao governo estadual em 1999. O quadro 01, abaixo, demonstra o resultado do pleito para o governo do Estado:

Eleições para Governador 1998/ Alagoas 1º turno.

Partido	Candidato	Votos Nominais	Situação	% Válidos	Coligação
PSL	<u>Adeilson</u> Teixeira Barros	11.975	Não eleito	1,812	(sem coligação)
PSB	Ronaldo Augusto Lessa Santos	387.021	Eleito	58,557	PSB, PSB, PT, PDT, PPS, PCdoB, PTdoB, PV, PRP, PMN, PTN, PSN, <u>PST, e PRONA</u>
PTB	Manoel Gomes de Barros	259.463	Não eleito	39,257	<u>PTB / PFL / PSDb /</u> <u>PGT / PMDB</u>
PSTU	Manoel de Assis da Silva	2.473	Não eleito	0,374	(sem coligação)
Votos Brancos:		73109		7,36%	
Votos Nulos:		259094		26,09%	
Abstenção:		390465		28,22%	

Figura 1: Dados referente ao resultado da eleição para governador no Estado de Alagoas, no primeiro turno. Fonte: TRE, 2005.

Pela primeira vez na história, um partido social democrático chegava ao poder executivo estadual em Alagoas rompendo eleitoralmente com ciclo de vitórias dos governos anteriores. Segundo Vasconcelos (2003) a vitória de Lessa foi possível principalmente a partir do dia 17 de julho de 1997 que “produziu um efeito para além da

renúncia do Governador Suruagy: instigou a população a exigir o resgate da moralidade pública do Estado e ao desejo de punir aqueles que tinham levado o Estado à bancarrota” (VASCONCELOS, 2003, s/p) como também pelo desgaste de Alagoas, já que naquele momento:

[...] se desvenda a atuação de um grupo que ficou conhecido como “gang fardada”, que atuava no Estado com roubos de carros, assaltos a bancos, a agências de correios e casas lotéricas, desmontes de carros roubados, etc., com participação de políticos, delegados e policiais. Ou seja, a estrutura do Estado estava atuando na produção do crime em Alagoas, e isto toma os espaços da mídia; este, sim, um fato novo na realidade política do Estado de Alagoas. Neste contexto, Ronaldo Lessa vem representar o resgate da moralidade pública e ganha as eleições com um discurso contra a violência e a impunidade no Estado de Alagoas. A crise institucional vivenciada no governo de Suruagy e posteriormente do vice-governador Manoel Gomes de Barros expressa um momento de saturação dos gestores do Estado vinculados às oligarquias sucro-alcooleiras. Suruagy provocou uma crise econômica no Estado, com o “Escândalo das Letras”, e estava sendo execrado pela sociedade alagoana por ter praticado atos considerados de improbidade administrativa. É importante assinalar que o discurso de moralização do Estado atendia às expectativas da população alagoana, desejosa da volta à normalidade do Estado. Ronaldo Lessa canaliza todo este desgaste das oligarquias que ocupavam o poder há mais de 30 anos, em favor de sua candidatura que se comprometia com um novo estilo de fazer política diferenciado dos padrões anteriores (VASCONCELOS, 2003, s/p).

Ro

naldo Lessa assumiu o governo de Alagoas no dia 1º de janeiro de 1999. A situação do Estado não era fácil. Os inúmeros acordos financeiros das administrações anteriores com o setor sucroalcooleiro resultaram em dados negativos astronômicos. O governo Lessa encontrou uma dívida de mais de R\$ 3 bilhões de reais, sem contar os R\$ 700 milhões emitidos das Letras do Tesouro Público durante a administração Suruagy. O serviço público estava debilitado e, para aumentar as dificuldades, o grupo eleito para assembleia legislativa que apoiara a candidatura de Manoel Gomes de Barros, não estava disposto a facilitar a vida do novo governo.

Al

imentando expectativas, o PSB começava seu governo. Mas diante da conjuntura política e econômica, a tarefa não era fácil. Na época, o governo federal era exercido

por Fernando Henrique Cardoso (PSDB) que através de um arrocho fiscal⁵ inviabilizava de certa forma os governos na maioria dos Estados. A situação de Alagoas junto ao governo federal era ainda pior, pois:

Segundo Ronaldo Lessa, o governo federal - em função de uma ação na Justiça - não permite colocar o débito dos títulos públicos - avaliado hoje em R\$ 600 milhões - na rolagem da dívida, ao mesmo tempo que impede o Estado de contrair empréstimo porque não honrou o resgate dos papéis, colocados no mercado financeiro (GAZETA DE ALAGOAS, 8/01/1999).

Os títulos públicos eram as letras sem viabilidade econômica, consideradas letras podres emitidas no Governo Suruagy. Por isso o governo federal não queria resgatá-las. Segundo o jornal Gazeta de Alagoas,

O governo do PSB recebeu o Estado com os cofres vazios. Dos R\$ 36 milhões de ICMS arrecadados em dezembro de 1998, o governo Lessa só encontrou à sua disposição R\$ 1 milhão sendo que o correto seria que pelo menos 18 milhões fossem reservados para a nova administração. O antigo secretário da fazenda, José Alfredo (Governo Mano) teria revelado para o então novo secretário Arnon Chagas que, no último dia de governo, foram gastos R\$ 17 milhões com pagamentos que não foram comprovados. A Lei Camata estabelecia que, no máximo, o Estado só poderia destinar 60% da receita líquida com a folha de pessoal. Só que as despesas de Alagoas chegavam a 80%, sendo que só o executivo atendia a Lei Camata. Dos 20% que restavam de receita líquida, 15% eram destinados ao pagamento da dívida pública ficando o governo com apenas 5% da receita estadual para custeio e investimento (GAZETA DE ALAGOAS, 10/01/1999).

Como consequência, apenas R\$ 1 milhão não daria para arcar com nenhuma despesa. O resultado foi que o Estado sequer tinha no mês de janeiro de 1999, os R\$ 5 milhões (15% da receita) para o pagamento da dívida pública.

O governo do PSB parecia já no primeiro mês de administração esbarrar na estrutura neoliberal do Estado brasileiro, assim como, na composição oligárquica liberal alagoana que se constituiu ao longo do período Republicano. Um partido que se auto intitulava socialista, mas que no decorrer da década pactuou de uma política que o não caracterizou como tal, estava limitado a uma estrutura estatal vigente que dificilmente pelo meio democrático seria abalada.

5- Durante o segundo governo FHC foi criada a Lei Camata (lei complementar nº 96 de 31 de maio de 1999 que disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169). Pela lei Camata ficou estabelecido que: Art. 1º As Despesas Totais com Pessoal não podiam exceder a: I - no caso da União: cinquenta por cento da Receita Corrente Líquida Federal; II - no caso dos Estados e do Distrito Federal: sessenta por cento da Receita Corrente Líquida Estadual; III - no caso dos Municípios: sessenta por cento da Receita Corrente Líquida Municipal.

O PSB durante a campanha eleitoral prometeu ao povo alagoano mudanças sociais, contudo não demonstrava como realizar. Limitado, o governo Lessa tentava remediar os problemas do Estado através de uma política fiscal rigorosa que afetaria a mesma população que almejava dias melhores. A teoria da campanha estava muito distante da prática incipiente do novo governo. A administração do PSB passou a ter como objetivo principal a reestruturação de um Estado arrasado pela oligarquia dominante. Para os sociais democratas alagoanos, não se tratava de revolucionar, de mudar realmente tal composição estatal na infraestrutura, por exemplo, reivindicar o fim da cultura latifundiária, distribuir melhor a terra, nada disso, até por que a essência do Estado liberal baseia-se na posse da propriedade privada e qualquer ameaça a esta, segundo a constituição liberal, consiste em crime.

Diante do quadro, O governo Lessa vai acabar lutando pela própria moralização e recuperação de um Estado liberal que pudesse garantir as mínimas condições para o seu funcionamento, já que os políticos anteriores falharam nessa missão. Contudo, até para efetuação de tal projeto o PSB encontrou dificuldades tamanha resistência dos grupos oligárquicos alagoanos contrários a qualquer mudança.

A primeira derrota do ponto de vista político sofrido pelo governo de Ronaldo foi a vitória do grupo dos dezesseis (oposição) contra o grupo dos onze (governistas⁶) nas eleições para eleger a mesa diretora da assembleia legislativa. A oposição desejava participação no governo, ao mesmo tempo em que parecia ensaiar ameaças veladas contra o governo, relembrando o 17 de julho no qual Divaldo Suruagy foi forçado a renunciar. A oposição não aceitava a continuidade da política de Lessa e, o impasse entre os poderes continuava. Acusando o governo de improbidade administrativa, o legislativo decidiu criar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar supostas irregularidades do governo na compra de leite e óleo para a secretaria de saúde. Os parlamentares acusavam a gestão Lessa de favorecer algumas empresas fornecedoras

6- Grupo dos 16 - (Antonio Albuquerque (PSD), Cícero Ferro (PTB), Rogério Teófilo (PFL), Marcelino dos Santos (PTB), Isnaldo Bulhões (PSD), Eliziane Costa (PMDB), Fernando Gaia (PTB) Gervásio Raimundo (PTB), Lucila Toledo (PFL), Maria do Rosário de Fátima Braga Cordeiro (PSL), Ismael Judá (PTdoB), Gilvan Gomes de Barros (PTB), Temóteo Correia (PTB), . Arthur de Lira (PSDB), Marcos Antonio Nunes (PSL), Francisco Beltrão (PSDB); Grupo dos 11 - Francisco Tenório (PSB), Cícero Amélio (PSB), Paulo Nunes (PT), Paulo Fernando (PT), João Beltrão (PMDB), Junior Leão (PSDB), Antônio Holanda (PTB), Délio Almeida (PSD) e Celso Luiz (PSDB), Antônio Carlos Lima Resende (Cacalo-PSL) e Petrúcio Bandeira (PSB).

dos referidos produtos. Uma vez comprovada a participação do governador, os parlamentares entrariam com um pedido de *impeachment*⁷.

Para complementar o bloco de oposição ao governo Lessa, o TJ/AL recorria ao STF na tentativa de aumentar o repasse do duodécimo. A primeira vitória foi do TJ-AL quando o STF obrigou ao executivo a enviar à Assembleia Legislativa o pedido de crédito especial para o TJ no valor de R\$ 6,5 milhões. O governo recorreu e entrou no STF com um agravo de instrumento⁸ para tentar anular a liminar concedida pelo TJ de Alagoas. O resultado saiu e o governo Lessa obteve sua primeira vitória legal de cunho político no primeiro ano de mandato.

Diante da oposição dos poderes legislativo e judiciário, o governo Ronaldo Lessa resolveu ceder. O primeiro acordo foi fechado com o poder judiciário. Pelo ajuste, o governo se comprometeu a pagar o duodécimo integralmente ao TJ, em troca, o judiciário retirava os pedidos de intervenção federal em Alagoas solicitados ao STF ao mesmo tempo em que o TJ-AL se comprometeu em auxiliar o governo na cobrança de créditos que chegavam a R\$ 400 milhões de reais dos devedores junto ao Estado. Com a assembleia legislativa, aos poucos, o discurso de Lessa foi mudando. A partir do mês de outubro de 1999, o diálogo entre os dois poderes se encaminhava para um acordo, até que este foi concretizado: “Governo e oposição selam acordo para recuperar AL: Grupo dos 14 fica com três secretarias e promete ser parceiro de Lessa na administração”:

O acordo foi fechado tendo como principal ponto a participação do grupo dos 14 na administração estadual. Como o governador já havia anunciado, a

7- Coincidência ou não, no mesmo dia em que oposição e governo selaram um acordo (26/10/1999), os Deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou denúncias de superfaturamento na compra de leite e óleo pela Secretaria de Saúde entregaram ao Ministério Público o relatório final da CPI, que aponta várias irregularidades na operação. Contudo, O relatório foi encaminhado ao Ministério Público sem aprovação da Assembleia. A presidente do Legislativo, deputada Ziane Costa (PDT), não quis enviar o relatório para os órgãos competentes antes de ser aprovado pelo plenário. Para que ele seja votado pelos 27 deputados é preciso um espaço de cinco sessões ordinárias, o que não ocorreu até ontem (GAZETA DE ALAGOAS, 27/10/1999). Até o dia 06 de abril do ano 2000 o relatório da CPI do Leite não tinha sido mais encontrado o que impossibilitou a sua aprovação e, plenário e sua consequente entrega ao Ministério Público que objetivava instaurar um inquérito criminal. A CPI, que confirmou superfaturamento na compra de leite e óleo e favorecimento as empresa distribuidoras, denuncia sete pessoas por crime de improbidade administrativa, entre elas a ex-secretária de Saúde Amália Amorim, e o governador Ronaldo Lessa. (GAZETA DE ALAGOAS, 07/04/2000).

8- O agravo de instrumento enviado pelo governo de Alagoas se baseava num acordo feito entre o governo Federal e o governo de Alagoas em 1997 estabelecendo que os repasses ao Judiciário e ao Legislativo não poderão ser superiores, em 98 e nos anos seguintes, aos valores do exercício de 97.

oposição ficará com três secretarias. A Secretaria de Trabalho e Ação Social (Setas), que será desmembrada em duas pastas, e a Secretaria de Irrigação e Recursos Hídricos, cujo projeto de criação será encaminhado à Assembleia em 30 dias. O governador demonstrou que está satisfeito e confiante de que conseguirá executar seu plano de governo com mais tranquilidade a partir de agora. “Temos um acordo selado, conto com a palavra do grupo de que vão estar conosco realizando o projeto que venceu a eleição” - afirmou, refutando as avaliações de que pode perder aliados ao garantir o entendimento com a oposição. Para Lessa, os grupos e lideranças que o acompanharam ainda como candidato sempre torceram pelo entendimento e vão continuar lhe dando apoio. “Não quero perder, quero somar. E com este acordo nem ganha o governo e nem a Assembleia, mas o povo” (GAZETA DE ALAGOAS, em 26/10/1999).

A resistência da administração estadual do PSB em relação ao legislativo oligárquico durou apenas dez meses. O discurso de rompimento com as forças do atraso não se concretizava, pois parte do legislativo que apoiou o governo Divaldo Suruagy, agora era um forte aliado de Ronaldo Lessa. A oposição contra os donos do poder durou por pouco tempo. Após firmar aliança com o Grupo dos 14, a administração do PSB tratou em estabelecer uma trégua entre os poderes com o objetivo de aprovar uma reforma neoliberal no Estado. Atendendo a Lei Camata, o governo Lessa desejava programar uma reforma administrativa com o intuito de reduzir os gastos públicos extinguindo autarquias, fundações e secretarias estaduais.

A administração do PSB também não alimentava uma expectativa para o ano 2000. Lessa afirmava que o Estado só cresceria a partir de 2001, pois o governo não tinha condições de fazer investimentos, pois precisava ainda regularizar as receitas do Estado. O início do segundo ano de mandato do governo do PSB foi logo caracterizado pela aceitação da reforma administrativa do Estado. O governo não teve as mínimas dificuldades para que os deputados aceitassem o projeto. A aprovação da reforma contou com os votos da maioria, ao todo, 25 (vinte e cinco) parlamentares disseram sim a reforma. Somente os deputados Paulão (PT) e Rogério Teófilo (PFL) votaram contra. A reforma neoliberal procurava enquadrar o Estado diante da Lei Camata na medida em que obrigava ao executivo cortar gastos e enxugar a máquina pública. As principais características da reforma administrativa do governo Lessa eram: a manutenção dos gabinetes do governador e do vice; aumento no número de secretarias estaduais que passaram de 14 para 17; extinção de oito fundações sobrando apenas três: a Funlglaf (Fundação Governador Lamenha Filho), Funesa (Fundação Universidade Estadual de Alagoas) e a Fapeal (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas); redução no número de empresas estatais que de treze passaram para cinco; diminuição no

número de autarquias que eram seis e passaram a cinco; criação da Ouvidoria Geral do Estado incumbida de receber reclamações dos cidadãos contra as autoridades do Estado e administração pública; também foi criada a Defensoria Pública para oferecer advogados às pessoas carentes; a retirada da competência do governador de regulamentar, através de decreto, a estrutura organizacional interna das Secretarias de Estado e das entidades da administração indireta, pois a partir da reforma, todos os projetos de lei específicos para cada Secretaria e entidade do Estado tinham que ser encaminhados para a apreciação da assembleia legislativa; e por término, o texto da reforma determinava que “o Poder Executivo fica autorizado a ceder o direito de preferência na subscrição de aumento de capital às pessoas físicas e jurídicas, desde que o Estado mantenha o percentual mínimo de 51% do capital social (GAZETA DE ALAGOAS, em 07/01/2000)”.

Diante da situação supracitada, os partidos sociais democratas que compunham a base do governo Lessa (PT, PPS E PCdoB) após criticarem a reforma administrativa e a aliança de Lessa com os deputados liderados por Antônio Albuquerque, decidiram deixar o governo e optaram em fazer oposição à administração liderada pelo PSB. Agora, a situação política no Estado se revertia: de um lado, o Grupo dos 14 passou a apoiar o governo, do outro, os partidos progressistas que apoiaram a vitória de Ronaldo Lessa passaram a fazer oposição. A crise com os partidos de esquerda teve início a partir do momento que estes mesmo partidos, principalmente o PT, através do deputado “Paulão”, passaram a criticar o comportamento do governo do PSB. Reagindo, o conselho político do governo (PSD, PST, PRP, PTdoB, PSB, PV, PSN, PH e PAN, exceto PT, PCdoB, PPS e PDT) votaram, em reunião, pela saída dos petistas do governo estadual. Em retaliação, PT, PCdoB e PPS decidiram deixar os cargos que ocupavam no governo e passaram a formar oposição.

Em menos de dois anos de mandato, a coligação “Alagoas para Todos” já era desfeita. O PT, parceiro do PSB em diversos pleitos eleitorais, agora fazia oposição ao governo Lessa. Isso só demonstra a fragilidade dos partidos progressistas em Alagoas, neste caso a do PSB que se rendeu a força dos políticos oligárquicos e resolveu fazer alianças com os mesmos. Na visão de Vasconcelos sobre a atuação dos partidos progressistas em Alagoas,

A lógica das relações inter-partidárias revela-se extremamente inconsistente, na medida em que as alianças não são definidas em torno de projetos



coletivos, em função de uma agenda política comum às esquerdas, mas em torno de conveniências e desejos pessoais. As siglas do PT, PSB, PPS, PCdoB e PSTU, que localizamos no campo das esquerdas, estão constantemente divididas nos processos políticos eleitorais, em nível local e estadual, o que nos autoriza a dizer que não existe um projeto político construído coletivamente pelas esquerdas para Alagoas (VASCONCELOS, 2003, s/p.).

Portanto, o projeto de um governo social democrata encontrava-se esfacelado. Sem o apoio dos partidos progressistas, o governo Lessa junto com o PSB procurou costurar alianças partidárias em Maceió e no interior com as mais diversas legendas políticas, ampliando-as cada vez mais. A resistência em menos de dois anos estava perdida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Cícero Péricles. **Alagoas: 1980 – 1992: a esquerda em crise**. Maceió: Lúmen/ Engenho/ Edufal, 1993.

GAZETA DE ALAGOAS. Maceió. Várias Edições.

LIRA, Fernando José de. **Formação da Riqueza e da Pobreza de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

MOUSINHO, Cláudia; CAVALCANTE, Joaldo. **Alagoas Renasce: A história de um líder e sua revolução silenciosa**. Recife: Nossa Livraria, 2006.

OLIVERIA, Anselmo; WAGNER, Melo. **PSB 16 anos de reorganização**. Maceió: primeira secretaria estadual, 2001.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE ALAGOAS – TRE/AL – **Dados Eleitorais** - www.tre-al.jus.br, 1999, 2002, 2005.

VASCONCELOS, Ruth. **Governo Ronaldo Lessa: ruptura ou continuidade?** – Brasil, Nordeste: Mudança & Conservação, FUNDAJ, 2003.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2005.